

PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

	ANO.	2010	
CORREGE	DOR:	DE	ESEMBARGADOR PAULO PIMENTA
TIPO DE COR	REIÇÃO:		ORDINÁRIA
MODALIDA	ADE:		SEMIPRESENCIAL
UNIDADE CORR	ECIONADA	V	ARA DO TRABALHO DE GOIATUBA
DATA DE INSTALA	ÇÃO DA VT:		12/12/2011
		•	
JUIZ TITU	LAR:	MARIA	APARECIDA PRADO FLEURY BARIANI
TITULAR DI	ESDE:		08/06/2018
DATA DE INSTAL	AÇÃO PJE:		13/04/2015
PERÍODO CORRI	ECIONADO:		01/12/2017 a 31/07/2018

EQUIPE CORRECIONAL			
SERVIDOR	FUNÇÃO		
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional		
Alisson Moura Luduvice	Assistente		
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente		
Kátia Maria Salgado do Nascimento	Assistente		
Luana Carvalho Arantes	Assistente		
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente		
Rodrigo Ribeiro de Camargo	Assistente		

1 -DADOS ESTATÍSTICOS DA UNIDADE*

Item	MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2015	2016	2017	2018**
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	2.475	2.736	1.947	471
2	Processos solucionados na fase de conhecimento, incluídos os conciliados	2.174	3.007	2.202	671
3	Produção	88%	110%	113%	142%
4	Processos finalizados na fase de conhecimento	1.570	2.638	2.341	864
5	Processos pendentes de solução, na fase de conhecimento	806	594	380	194
6	Processos pendentes de finalização, na fase de conhecimento	1.946	2.045	1.524	1.073
7	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de conhecimento	29%	27%	22%	28%
8	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de conhecimento	27%	15%	13%	20%
9	Execuções iniciadas	454	589	815	385
10	Execuções encerradas	359	459	681	361
11	Execuções baixadas	356	474	791	406
12	Execuções pendentes de encerramento	282	327	511	459
13	Execuções pendentes de baixa	387	499	652	578
14	Execuções no arquivo provisório em 31/12	64	104	50	63
15	Taxa de congestionamento, na 18ª Região, na fase de execução	72%	73%	73%	78%
16	Taxa de congestionamento, na unidade, na fase de execução	50%	51%	45%	62%
17	Índice de conciliação da 18ª Região	40%	39%	41%	41%
18	Índice de conciliação da unidade	30%	32%	30%	29%

^{*} Dados extraídos do Sistema e-Gestão.

 $^{^{\}star\star}$ Dados do exercício 2018 referem-se aos meses de janeiro a julho.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE

2.1 - Juízes que atuam na unidade

Juiz Titular	MARIA APARECIDA PRADO FLEURY BARIANI
Juiz Auxiliar	RANÚLIO MENDES MOREIRA

2.2 - Residência do Juiz Titular e Auxiliar fixo

O(A) Juiz(íza) Titular da Unidade, bem como o Auxiliar Fixo, se houver, residem nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região		NÃO
Metropolitana)?	Х	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 - Assiduidade (dias da semana em que os juízes comparecem à Unidade)*

	Juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular		X	X	X		
Auxiliar	fixo	X	X	X		

^{*} Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 - Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	3	
---	---	--

2.4.2 - Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas	SIM	NÃO
pelos Juízes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	×	

2.4.3 – Procedimento adotado em audiências (una ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo	X	
Ordinário	Х	

2.4.4 - Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	78
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	68

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.4.5 - Conciliações

Procedimento	SIM	NÃO
São incluídos em pauta processos na fase de execução para tentativa de		Y
acordo?		

2.5 - Despachos

Média mensal de despachos exarados	200
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	184
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0

^{*} Dado apurado em 06/08/2018.

2.6 - Prolação de sentenças

38	2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correcionado
----	--

^{*} Dado fornecido pelo Sistema e-Gestão.

2.6.2 - Prolação de sentenças líquidas

Juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar	-	-

2.6.3 - Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Total	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	1	0
Sentença na fase executória	2	0
Embargos de declaração	1	0

2.6.4 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 226, III, do CPC)

Número único do processo	Data da Conclusão	Atraso em Dias	Juiz
TOTAL DE SENTENÇAS PENDEN	TES FORA DO P	RAZO	0

3 - PRAZOS MÉDIOS DA UNIDADE*

3.1 - Entrega da prestação jurisdicional

P.	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7°, da CLT – 30 dias)	73	73
Ordinário	109	162

3.2 - Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Dir.	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional**	No período correcionado
Sumaríssimo	6	4
Ordinário	13	7

3.3 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	Na última visita correcional**	No período correcionado
5.5 – Prazo medio para proiação de Semenças da rase executoria	7	12

3.4 – Prazo médio (em dias) para exarar despachos	Na última visita correcional**	No período correcionado
	2	2

3.5 - Prazos da Secretaria

Ato processual	Na última visita correcional**	No período correcionado
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	2	5
Atualização de cálculos	3	2
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	5	9

3.6 - Prazo médio para audiências (iniciais ou unas):

	Prazo médio	
Rito	Na última visita correcional **	No período correcionado
Sumaríssimo	33	37
Ordinário	46	68

^{*} Dados fornecidos pelo Sistema e-Gestão.

 $^{^{\}star}$ A última visita correcional foi realizada em 13/12/2017 e foram considerados os dados estatísticos do período compreendido entre 1 $^{\circ}$ /12/2016 e 30/11/2017.

07/08/2018

4 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO

4.1 – Estrutura da Secretaria

4.1.1 - Quadro de Pessoal

Nome	Função	Situação
Antônio Gonçalves da Silva Neto	Diretor de Secretaria	Efetivo
Alessandro Borges	Secretário de Audiência	Efetivo
Daniela Bernardes Arroyo	Assistente II	Efetiva
Danielle Mendes Lisboa		Efetiva
Franciely Gomes dos Santos	Assistente de Juiz	Efetiva
Glorilene das Graças Coelho		Efetiva
Júlio Rafael Buhl de Azevedo		Efetivo
Lindomar José Camilo	Secretário de Audiência	Cedido Municipal
Lúcia Helena dos Santos	Assistente de Diretor	Requisitada
Maria Aguimar de Jesus Reis		Efetiva
Marli Vieira Bocaccio	Assistente de Juiz	Efetiva
Tereza Medeiros Pimentel		Efetiva
Thalita Antunes de Azevedo	Assistente II	Efetiva
Ana Beatriz Silva Costa		Estagiária
Ana Carolina Rodrigues Freitas		Menor-aprendiz

4.1.2 - Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	17
Notebooks	2
Impressoras	0
Multifuncionais	4
Fax	0
Digitalizadora	0
Leitores óticos	0

4.1.3 - Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	x
Consumo racional de energia elétrica	x
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	x
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	х
Aproveitamento de papel usado como rascunho	x
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	х
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	x
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	x

5 - PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A Unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento correto dos movimentos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, liquidação iniciada, liquidação encerrada, execução iniciada, execução encerrada, arquivamento provisório e arquivamento definitivo, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidade e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR e o art. 49 do PGC? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A Unidade procede à correção/lançamento dos movimentos no sistema informatizado PJe-JT, conforme constatado nas correições permanentes realizadas no período correcionado?	Х		
3	A Unidade confere os dados cadastrais preenchidos pelas partes no sistema PJe-JT, conforme disposto no artigo 19, parágrafo 3º da Resolução CSJT nº 185/2017?	х		
4	A Unidade procede à extinção do processo, sem resolução do mérito, em razão de divergência entre os dados informados pelo autor da ação no PJe-JT e a petição inicial, sem a prévia intimação da parte para manifestação (Resolução CSJT nº 185/2017)?		X	
5	A Secretaria da Vara procede ao lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos do artigo 163 do PGC?	Х		
6	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list), indicando o prazo de guarda dos autos e possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	x		
7	A Unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (artigo 346 do PGC)?		х	

<u></u>
<u>∞</u>
1/20
₹
Ñ
3
÷
ွ
0
ō
8
Ħ
ř
n. Protoco
둓
ŏ
ίζ
 7.
22/08/2018 15:45:09h
ω
Ξ
2
<u></u>
2
22
_
ado em 2
0
ğ
픙
ŏ
×
ğ
prote
e prote
CE e prot(
VICE e prot
9
DUVICE e proto
.UDUVICE e proto
RA LUDU
SON MOURA LUDU
SON MOURA LUDU
SON MOURA LUDU
SON MOURA LUDU
SON MOURA LUDU
SON MOURA LUDU
do por ALISSON MOURA LUDU
RA LUDU
do por ALISSON MOURA LUDU
do por ALISSON MOURA LUDU
to juntado por ALISSON MOURA LUDU
to juntado por ALISSON MOURA LUDU
to juntado por ALISSON MOURA LUDU
to juntado por ALISSON MOURA LUDU
to juntado por ALISSON MOURA LUDU
do por ALISSON MOURA LUDU
to juntado por ALISSON MOURA LUDU

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
8	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de decisão de admissibilidade que analisa de forma explícita os pressupostos recursais?	X		
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de termo de remessa, conforme disposto no artigo 128 do PGC?	х		Na decisão de admissibilidade está consignado que ela vale como ofício de remessa ao E. TRT- 18.
10	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		х	
11	A Unidade aderiu ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania?		x	
12	Para qual mês a Unidade está marcando audiências iniciais e de instrução? Informar as datas conforme os ritos.			Todas as audiências estão sendo designadas para o mês de setembro/2018.
13	A Unidade designa audiência de encerramento da instrução quando não houver mais provas a serem produzidas? (Provimento SCR nº 2/2016)		x	
14	Nos casos em que há celebração de acordo, o Juízo determina que os depósitos sejam realizados em conta judicial?		х	
15	Nas sentenças e decisões homologatórias de acordo proferidas pelo Juízo estão consignadas as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, conforme disposto no artigo 81 do PGC?	×		
16	A Unidade adota o procedimento previsto no artigo 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva?		x	

าง 14224/20
o nº 1.
Protocol
45:09h.
018 15:
m 22/08/2018 15:45:09h. Prot
lo em
r ALISSON MOURA LUDUVICE e protocolado em
/ICE e
\LUDU\
ALISSON MOURA LUDUVICE
ALISSON
ntado por
Documento jur

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
17	A Secretaria da Vara expede, após o trânsito em julgado, os ofícios determinados nas sentenças? Em caso afirmativo, o envio é feito por mensagem eletrônica?	Х		
18	A intimação do órgão representativo da União, relativamente aos acordos homologados, quando não dispensada nos termos do artigo 175 do PGC, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no artigo 174 do mesmo diploma normativo?		X	
19	A Unidade obedece ao disposto no artigo 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios à disposição do Juízo para a constrição de bens nas execuções de crédito previdenciário, cujo valor ultrapasse o piso estabelecido pela Portaria MPS nº 1293/2005 (R\$ 120,00)?	x		
20	A Secretaria da Vara, havendo depósito nos autos, procede ao recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, preenchida com o código 2801 ou 2909, e intima a empresa para a apresentação da GFIP no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício à Secretaria da Receita Federal? (parágrafo 5º do artigo 177 do PGC).		X	
21	A Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova o envio da GFIP, conforme disposto no artigo 177, parágrafo 6º do PGC?	Х		
22	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos do artigo 1º, alínea "j" da Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho? (indicar no campo "observações" com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)		X	
23	A Unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do artigo 154 do PGC?	х		
24	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a Unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, nos termos do artigo 195 do PGC?	X		

•
8
ó
Ø
4
Ñ
5
7
0
\Box
0
ु
ဝ
2
9
亙
٠.
놋
20
×
4
100
7
22/08/2018 15:45:09h. Pr
~
O
7
ωõ
9
Ñ
22/08/2018
Ξ
ĕ
0
ŏ
Ø
ु
õ
ಕ
rotc
protc
e protc
≡ e protc
CE e proto
ICE e proto
IVICE e proto
UVICE e proto
DUVICE e proto
.UDUVICE e proto
LUDUVICE e proto
A LUDUVICE e proto
RA LUDUVICE e proto
URA LUDUVICE e proto
OURA LUDUVICE e proto
MOURA LUDUVICE e proto
I MOURA LUDUVICE e proto
N MOURA LUDUVICE e proto
ON MOURA LUDUVICE e proto
SON MOURA LUDUVICE e proto
\geq
LISSON MOURA LUDUVICE e proto
ALISSON MOURA LUDUVICE e proto
or ALISSON MOURA LUDUVICE e proto
oor ALISSON MOURA LUDUVICE e proto
por ALISSON MOURA LUDUVICE e proto
do por ALISSON MOURA LUDUVICE e protc
ado por ALISSON MOURA LUDUVICE e protc
ado por ALI
nento juntado por ALISSON MOURA LUDUVICE e protc
ado por ALI
umento juntado por ALI
umento juntado por ALI

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
25	O Juízo, de ofício, exaure todos os meios disponíveis para constrição dos bens do executado, previstos na Recomendação TRT 18ª SCR nº 01/2018 antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A, CLT) ?	X		
26	A Secretaria da Vara procede à intimação do credor com garantia real acerca da realização de praça de bem imóvel, conforme disposto no parágrafo único do artigo 207 do PGC?	X		
27	O Juízo aplica a prescrição intercorrente nas execuções decorrentes de créditos trabalhistas e previdenciários?	Х		
28	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do artigo 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do PGC?	X		
29	Nos editais de citação, das execuções fiscais, a Unidade inclui os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's), as datas de inscrição, além do prazo de 30 dias para publicidade, conforme o disposto no artigo 8°, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	-	-	
30	Todas as publicações referentes às ações de execução fiscal contêm os números das Certidões de Dívida Ativa (CDA's) relacionadas ao processo?	-	-	
31	A Unidade possui servidores atuando em regime de teletrabalho? Em caso afirmativo, indicar o nome de cada servidor, o ato normativo (Portaria) que o designou para trabalhar nesta situação, as atividades por ele desempenhadas e se está em estágio probatório. (RA nº 160/2016)	X		MARIA AGUIMAR DE JESUS REIS – PORTARIA TRT 18 SGPE Nº 1693/2018; THALITA ANTUNES DE AZEVEDO - PORTARIA 4º VT DE GOIÂNIA Nº 005/2014; FRANCIELY GOMES DOS SANTOS - PORTARIA 586/2018 – PORTARIA TRT 18º SGPe nº 2139/2018; GLORILENE DAS GRAÇAS COELHO – PORTARIA 18º SGPe nº 2139/2018;
32	A Unidade procede, quando necessário, à alimentação do Sistema NUGEP, visando dar cumprimento às alterações promovidas pela Lei nº 13.015/2014 e pela Resolução nº 160 do Conselho Nacional de Justiça, nos termos Memorando-Circular TRT 18ª GP/SRR/NURER nº 006/2015.		Х	

6 - CONVÊNIOS

6.1 - Convênios

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD/SABB	X		
RENAJUD/DETRANET	X		
INFOJUD	X		
CENTRAL NACIONAL DE INDISPONIBILIDADE-CNIB	Х		
CONECTIVIDADE/CEF	X		
CONVÊNIO DE ACESSO AOS SALDOS E EXTRATOS DE CONTAS JUDICIAIS NA CEF	Х		
CCS-CADASTRO DE CLIENTES DE SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL	Х		

6.2 – Utilização do sistema BACENJUD*

Comparação entre Varas do Trabalho do TRT18ª Região	correicionado: Dezembro de 2017 a Maio de 2018			
Grupo de 2001 a 2500 processos	Por número de protocolizações	Por número de réus/ executados		
5ª VT DE GOIÂNIA	63371	177920		
15ª VT DE GOIÂNIA	52393	93296		
1ª VT DE GOIÂNIA	51342	127155		
18ª VT DE GOIÂNIA	49819	111116		
17ª VT DE GOIÂNIA	47561	119075		
9ª VT DE GOIÂNIA	45535	104755		
3ª VT DE GOIÂNIA	43419	84189		
8ª VT DE GOIÂNIA	40535 86680			
7ª VT DE GOIÂNIA	38825	105730		
11° VT DE GOIÂNIA	33847	79044		
VT DE LUZIÂNIA	33665	111023		
14ª VT DE GOIÂNIA	32947	86461		
13ª VT DE GOIÂNIA	31788	121375		
6ª VT DE GOIÂNIA	29175	72912		
16ª VT DE GOIÂNIA	29160	70518		
4ª VT DE GOIÂNIA	23423	38274		
12ª VT DE GOIÂNIA	21751	52954		
2ª VT DE GOIÂNIA	21027	46048		
VT DE INHUMAS	19361	34646		
VT DE GOIANÉSIA	16174	32307		
VT DE GOIATUBA	7501	14512		
10ª VT DE GOIÂNIA	5236	10290		

7 – RESULTADO DO TRABALHO DE INSPEÇÃO CORREICIONAL

7.1 – Cumprimento das recomendações constantes da ata de correição do exercício anterior

	Cumpriu?		Cumpriu		
Recomendação	SIM	NÃO	Observações		
7.1.1- Que a Secretaria da Vara abstenha-se de suspender as execuções em trâmite sem que haja determinação expressa do juiz condutor do feito, em desacordo com a sistemática descrita no artigo 85 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, conforme apontamentos constantes do relatório de correição anexo, uma vez que a suspensão da execução por inércia do credor pode acarretar a aplicação da prescrição intercorrente (item 7.2 – 8 e 9 do Relatório de Correição). O Desembargador-Corregedor constatou que a unidade lança no sistema informatizado o movimento "suspenso o processo por execução frustrada" sem anterior determinação judicial que autorize tal ato. Nada obstante, considerando o disposto no Art. 11-A da CLT, com a redação dada pela Lei 13.467/2017, caberá aos magistrados atuantes nesta Vara do Trabalho a interpretação quanto ao marco inicial do prazo prescricional, alterando-se, se for o caso, o atual procedimento adotado pela Secretaria da Vara.	X				

7.2 - Constatações decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados e analisados em julho/2018, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza o Check List elaborado pela Secretaria-Geral de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: RTSum-0010555-98.2016.5.18.0128; RTOrd-0012526-21.2016.5.18.0128; RTSum-0010947-04.2017.5.18.0128; RTSum-0012349-57.2016.5.18.0128; RTOrd-0010973-02.2017.5.18.0128; RTOrd-0011082-50.2016.5.18.0128; RTSum-0011332-49.2017.5.18.0128 e RTSum-0010958-33.2017.5.18.0128).
2	Nos processos a seguir relacionados e analisados em julho/2018, ARQUIVADOS DEFINITIVAMENTE, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho lança no sistema PJe os valores decorrentes da execução, relativos a crédito trabalhista, recolhimentos previdenciários, custas e/ou outros efetivados nos autos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum-0010555-98.2016.5.18.0128; RTOrd-0012526-21.2016.5.18.0128; RTSum-0010947-04.2017.5.18.0128; RTSum-0012349-57.2016.5.18.0128; RTOrd-0010973-02.2017.5.18.0128; RTOrd-0011082-50.2016.5.18.0128; RTSum-0011332-49.2017.5.18.0128 e RTSum-0010958-33.2017.5.18.0128).
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTSum-0011020-73.2017.5.18.0128; RTSum-0011073-54.2017.5.18.0128; RTSum-0010093-73.2018.5.18.0128; RTSum-0010136-10.2018.5.18.0128; RTOrd-0011698-88.2017.5.18.0128; RTOrd-0011708-35.2017.5.18.0128; RTSum-0011928-33.2017.5.18.0128 e RTOrd-0011580-15.2017.5.18.0128).
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado da sentença, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTSum-0011073-54.2017.5.18.0128; RTSum-0010093-73.2018.5.18.0128; RTOrd-0011698-88.2017.5.18.0128; RTSum-0011928-33.2017.5.18.0128; RTOrd-0011580-15.2017.5.18.0128).
5	Nos processos a seguir relacionados, com sentença proferida, constatou-se que a Vara do Trabalho intima o perito, nos casos em que há arbitramento de honorários periciais nas sentenças proferidas, para tomar ciência (processos: RTOrd-0011708-35.2017.5.18.0128; RTSum-0011928-33.2017.5.18.0128 e RTOrd-0011580-15.2017.5.18.0128).
6	Nos processos a seguir relacionados e analisados em julho/2018, constatou-se que, nos ACORDOS HOMOLOGADOS pela Vara do Trabalho, são cumpridas as disposições dos artigos 76 e 81 do PGC, porquanto as atas homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade da entrega da GFIP, nos termos do art. 177, do mesmo diploma normativo (processos: RTSum-0010376-96.2018.5.18.0128; RTSum-0010373-44.2018.5.18.0128; RTSum-0010371-74.2018.5.18.0128 e RTSum-0010364-82.2018.5.18.0128).
7	Nos processos a seguir relacionados e analisados em julho/2018, em que houve CONCILIAÇÃO, constatouse que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe os valores dos acordos pagos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0010150-91.2018.5.18.0128; RTSum-0010112-79.2018.5.18.0128; RTOrd-0011949-09.2017.5.18.0128 e RTSum-0010195-95.2018.5.18.0128).
8	Nos processos a seguir relacionados e analisados em julho/2018, em que houve CONCILIAÇÃO, constatouse a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: RTOrd-0010150-91.2018.5.18.0128; RTSum-0010376-96.2018.5.18.0128; RTSum-0010371-74.2018.5.18.0128 e RTSum-0010364-82.2018.5.18.0128).

Item	Constatações
9	Analisado o relatório gerado pelo sistema SAOPJE, em 25/06/2018, constatou-se que não há número considerável de processos parados nas tarefas do sistema PJe que caracterize atraso na movimentação processual da unidade.
10	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao ARQUIVO PROVISÓRIO, constatou-se que a Vara do Trabalho, mediante decisão judicial, aplica a prescrição intercorrente ante a omissão do exequente em indicar meios para o prosseguimento da execução, nos termos do artigo 11-A, § 1º, da CLT (processos: RTSum-0012617-14.2016.5.18.0128; RTOrd-0010476-85.2017.5.18.0128 e RTOrd-0010590-24.2017.5.18.0128).
11	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao ARQUIVO PROVISÓRIO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe o movimento "ARQUIVADOS OS AUTOS PROVISORIAMENTE" para controle do prazo da prescrição intercorrente (processos: RTSum-0012617-14.2016.5.18.0128; RTOrd-0010476-85.2017.5.18.0128 e RTOrd-0010590-24.2017.5.18.0128).
12	Não foram encontrados processos no período correcional para verificação dos procedimentos previstos no PGC, artigos 181 a 188.
13	Nos processos a seguir relacionados e analisados em julho/2018, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara expede ofício à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, cumprindo o disposto no parágrafo 6º do artigo 177 do PGC (processos: RTSum-0010313-08.2017.5.18.0128; RTSum-0010958-33.2017.5.18.0128; RTOrd-0010767-22.2016.5.18.0128; RTSum-0011034-57.2017.5.18.0128 e RTOrd-0010112-16.2017.5.18.0128).
14	Nos processos a seguir relacionados e analisados em julho/2018, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe os valores referentes aos recolhimentos previdenciários e/ou às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum-0010313-08.2017.5.18.0128; RTSum-0010958-33.2017.5.18.0128; RTOrd-0011680-04.2016.5.18.0128; RTOrd-0010767-22.2016.5.18.0128; RTSum-0011034-57.2017.5.18.0128 e RTOrd-0010112-16.2017.5.18.0128).
15	Nos processos a seguir relacionados e analisados em julho/2018, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO observa o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, de intimar o reclamado, após o recolhimento da contribuição previdenciária em guia GPS, a comprovar o envio da respectiva GFIP, no prazo de 15 dias, sob pena de expedição do ofício previsto no parágrafo 6º do referido artigo (processos: RTSum-0010958-33.2017.5.18.0128; RTOrd-0011680-04.2016.5.18.0128; RTSum-0011034-57.2017.5.18.0128 e RTOrd-0010112-16.2017.5.18.0128).
16	Nos processos a seguir relacionados e analisados em julho/2018, em fase de EXECUÇÃO PREVIDENCIÁRIA, constatou-se que a Secretaria da Vara, nos casos em que o valor da execução é depositado em conta judicial, recolhe a contribuição previdenciária em DESCONFORMIDADE com o procedimento previsto no parágrafo 5º do artigo 177 do PGC, preenchendo a guia GPS com o código de pagamento 1708 (processos: RTSum-0010958-33.2017.5.18.0128; RTOrd-0011680-04.2016.5.18.0128; RTOrd-0010767-22.2016.5.18.0128; RTSum-0011034-57.2017.5.18.0128 e RTOrd-0010112-16.2017.5.18.0128).
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema PJe os movimentos referentes ao início e fim da execução, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0012176-33.2016.5.18.0128; RTOrd-0010458-98.2016.5.18.0128; RTOrd-0010449-39.2016.5.18.0128; RTSum-0010271-90.2016.5.18.0128 e RTOrd-0011522-46.2016.5.18.0128).

Cód. Autenticidade 400163573456

Página

Item	Constatações
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza os convênios BACENJUD, RENAJUD, CNIB e INCRA, independentemente de requerimento da parte, além de outros meios de se encontrar bens do executado antes do arquivamento provisório dos autos (artigo 11-A da CLT), como, por exemplo, a expedição de mandado de penhora e avaliação, cumprindo, assim, o disposto na Recomendação nº 2/2011 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (processos: RTSum-0011328-46.2016.5.18.0128; RTSum-0011259-14.2016.5.18.0128 e RTSum-0011555-36.2016.5.18.0128).
19	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho libera o valor do depósito recursal ao exequente imediatamente após o trânsito em julgado da sentença, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: RTOrd-0011522-46.2016.5.18.0128 e RTOrd-0010458-98.2016.5.18.0128).
20	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho intima as partes para manifestação acerca da conta de liquidação, cumprindo o disposto no artigo 879 da CLT (processos: RTOrd-0012176-33.2016.5.18.0128; RTOrd-0010458-98.2016.5.18.0128; RTOrd-0010449-39.2016.5.18.0128; RTSum-0010271-90.2016.5.18.0128 e RTOrd-0011522-46.2016.5.18.0128).
21	Nos processos a seguir relacionados, em fase de EXECUÇÃO TRABALHISTA, constatou-se que a Vara do Trabalho não inicia a execução de ofício (processos: RTOrd-0012176-33.2016.5.18.0128; RTOrd-0010458-98.2016.5.18.0128; RTOrd-0010449-39.2016.5.18.0128; RTSum-0010271-90.2016.5.18.0128 e RTOrd-0011522-46.2016.5.18.0128).
22	Nos processos apurados por amostragem a seguir relacionados, constatou-se que a Vara do Trabalho NÃO intima o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais designadas e/ou das sentenças proferidas/acordos homologados, nos processos em que figuram como partes ou intervenientes menores ou idosos, descumprindo o disposto no artigo 346 do PGC (processos: RTSum-0010336-17.2018.5.18.0128; RTSum-0010319-78.2018.5.18.0128 e RTOrd-0011784-59.2017.5.18.0128).
23	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema PJe o valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0011523-94.2017.5.18.0128; RTSum-0011397-44.2017.5.18.0128; RTOrd-0011541-18.2017.5.18.0128; RTOrd-0011555-02.2017.5.18.0128; RTSum-0010950-56.2017.5.18.0128; RTOrd-0011319-50.2017.5.18.0128 e RTOrd-0011786-29.2017.5.18.0128).
24	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0011523-94.2017.5.18.0128; RTSum-0011397-44.2017.5.18.0128; RTOrd-0011541-18.2017.5.18.0128; RTOrd-0011555-02.2017.5.18.0128; RTSum-0010950-56.2017.5.18.0128; RTOrd-0011319-50.2017.5.18.0128 e RTOrd-0011786-29.2017.5.18.0128).
25	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo os recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOrd-0011523-94.2017.5.18.0128; RTSum-0011397-44.2017.5.18.0128; RTOrd-0011541-18.2017.5.18.0128; RTOrd-0011555-02.2017.5.18.0128; RTSum-0010950-56.2017.5.18.0128; RTOrd-0011319-50.2017.5.18.0128 e RTOrd-0011786-29.2017.5.18.0128).
26	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com RO, constatou-se que a Vara do Trabalho usa despacho como termo de remessa, indicando o rito adotado e o Juiz prolator da sentença, além de mencionar os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processos: RTOrd-0011523-94.2017.5.18.0128; RTSum-0011397-44.2017.5.18.0128; RTOrd-0011541-18.2017.5.18.0128; RTOrd-0011555-02.2017.5.18.0128; RTSum-0010950-56.2017.5.18.0128; RTOrd-0011319-50.2017.5.18.0128 e RTOrd-0011786-29.2017.5.18.0128).
27	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que o Juiz analisa os pressupostos recursais, admitindo o recebimento dos recursos de forma explícita, nos despachos de admissibilidade e envio dos autos ao Tribunal (processos: RTOrd-0011975-41.2016.5.18.0128; RTSum-0001048-84.2014.5.18.0128 e RTOrd-0010213-87.2016.5.18.0128).
28	Nos processos a seguir relacionados, REMETIDOS AO TRT com AP, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente, no sistema PJe, o movimento de recebimento do recurso, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0011975-41.2016.5.18.0128; RTSum-0001048-84.2014.5.18.0128 e RTOrd-0010213-87.2016.5.18.0128).
29	No processo a seguir relacionado, REMETIDO AO TRT com AP, constatou-se que a Vara do Trabalho usa despacho como termo de remessa, indicando o rito adotado e o Juiz prolator da sentença, além de mencionar os feriados do período, nos casos de envio dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, cumprindo o disposto no artigo 128 do PGC (processo: RTOrd-0010213-87.2016.5.18.0128).

07/08/2018

Cód. Autenticidade 400163573456

Item	Constatações
30	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 05/02/2018 e 31/07/2018, constatou-se que: (1º) o atraso médio para início das audiências é de 06 (seis) minutos e (2º) em média, são incluídos diariamente, na pauta de audiências, 14 (quatorze) processos.
31	Analisadas as pautas de audiências do período compreendido entre 05/02/2018 e 31/07/2018, constatou-se que, via de regra, as audiências são realizadas de segunda a quarta-feira.
32	Analisados, em 28/06/2018, os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se o prazo médio de 12 (doze) dias úteis para solução de incidentes na fase de execução (processos: 10492-73.2016.5.18.128; 11089-76.2015.5.18.128; 1004-65.2014.5.18.128; 10200-88.2016.5.18.128; 10989-87.2016.5.18.128; 11025-32.2016.5.18.128; 10200-54.2017.5.18.128; 12173-78.2016.5.18.128; 11031-39.2016.5.18.128 e 12481-17.2016.5.18.128).